



Presidente **p.9**

Fernando Seara será  
"um grande presidente  
em Odivelas"



PSD **p.13**

O País não esteve à  
altura da confiança dos  
cidadãos

# POVO LIVRE



n.º 1975  
28 de junho de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD



## GARANTIR A SEGURANÇA DAS PESSOAS

Pedro Passos Coelho esteve na apresentação de candidatura  
de António Silva Tiago à câmara municipal da Maia

Pedro Passos Coelho em Bruxelas

## Comissão para “avaliar o que se passou”

Pedro Passos Coelho reforçou a importância de “avaliar o que se passou” em Pedrógão Grande. “Tem de haver uma instância independente que o possa fazer” em Pedrógão Grande, disse, referindo-se à comissão técnica proposta pelo PSD aos vários partidos com representação parlamentar.

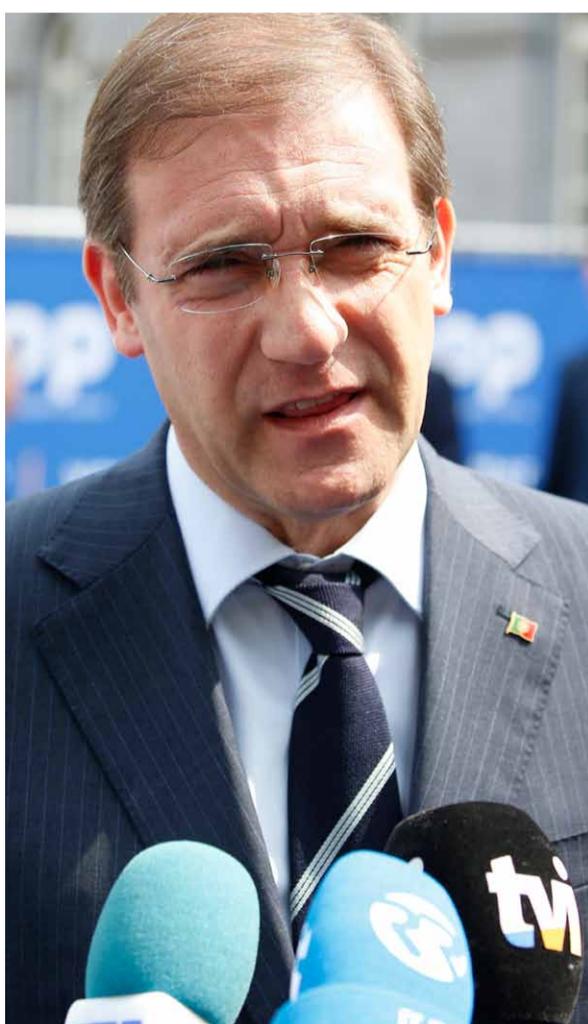
Pelas respostas que têm vindo a ser dadas, o líder do PSD julga haver condições para que a comissão técnica independente “possa ser criada e começar a fazer as perguntas todas que são necessárias para que os portugueses saibam efetivamente o que se passou”.

O presidente do PSD destaca, uma vez mais, que “a questão política virá a seu tempo”. A comissão proposta visa apurar “as respostas que são necessárias”, afirmou.

A comissão técnica independente proposta pelo PSD deve começar a trabalhar “tão depressa quanto possível”. “As explicações são ainda incompletas e vai ser importante que todas as explicações sejam mesmo dadas. E todas significa que é preciso que uma instância que seja constituída por peritos, técnicos com independência sobre a administração possam elencar todas as questões que são relevantes”, disse.

Sublinhando que a ideia não é formar uma comissão parlamentar de inquérito, Pedro Passos Coelho referiu que, na sequência do convite dirigido aos outros partidos no âmbito da Assembleia da República e pelas respostas que o PSD tem vindo a obter, está convicto de que “haverá condições para que uma instância destas possa ser criada e possa começar a fazer as perguntas todas que são necessárias e a responder a essas questões para que os portugueses saibam efetivamente o que é que se passou”.

“Depois a questão política virá a seu tempo. Não é para as calendas, é na sequência de se apurarem as respostas que são necessárias”, acrescentou, sublinhando a necessidade de a instância técnica começar então a dar essas respostas “tão depressa quanto possível”.



De acordo com o presidente do PSD, “haverá um tempo, ulterior a esse com certeza, que do ponto de vista político se tirarão as conclusões que são necessárias”.

“Agora, primeiro é preciso responder às questões e não podem ser os próprios meios e as próprias autoridades envolvidas a avaliar o que se passou. Tem que haver uma instância independente que o possa fazer”, reforçou.

Pedro Passos Coelho esteve em Bruxelas, dia 22, para participar numa reunião do Partido Popular Europeu (PPE), que antecedeu o Conselho Europeu.

### “IMPORTANTE EVITAR A MACROCEFALIA”

Questionado sobre a Agência Europeia do Medicamento (EMA), Pedro Passos Coelho afirmou que “o nosso interesse é que possa vir a fixar-se em Portugal”. Sobre a localização da EMA, o líder dos social-democratas entende que é “importante evitar a macrocefalia”. “O que posso dizer do ponto de vista pessoal é que me parece importante evitar a macrocefalia e, portanto, se for possível que ela [EMA] se situe numa outra zona do país que não seja aquela que já acolhe as duas agências que lá existem, isso seria excelente, como é evidente e, portanto, espero que sim, que isso possa vir a acontecer”, declarou.

Importa agora, e de acordo com Pedro Passos Coelho, que o Governo analise os critérios estipulados pelo Conselho Europeu e “apure com rigor quais são as zonas do País que estão em condições de preencher esses critérios e poder ter uma candidatura bem-sucedida”.

Pedro Passos Coelho falava à entrada para uma reu-

nião do Partido Popular Europeu (PPE), que antecedeu uma cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE).

“É importante que os critérios possam servir para que o Governo em Portugal apure com rigor quais são as áreas, as cidades, as zonas do país que estão em condições de preencher esses critérios e de poder ter, portanto, uma candidatura bem sucedida, que é como quem diz, portanto, não andar com o carro à frente dos bois” afirmou.

“O nosso interesse é que realmente essa agência possa vir a fixar-se em Portugal. Sabemos que não é fácil, porque Portugal já tem duas agências europeias, há países dentro da UE que não têm qualquer instituição desta natureza. Portanto, é preciso mesmo ver, em função dos critérios que vierem a ser aprovados (...) que hipótese é que Portugal tem de facto de vir a acolher essa agência e qual é a localização preferível para que isso aconteça”, sublinhou.

Na carta-convite dirigida aos chefes de Estado e de Governo da UE para a cimeira de hoje e sexta-feira, o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, adianta que, depois do jantar de trabalho de hoje noite, vai convidar os 27 líderes (sem o Reino Unido) a permanecer mais um pouco, para um breve ponto da situação sobre as negociações com Londres para a concretização do ‘Brexit’ – que tiveram início na passada segunda-feira – e para adotar “o procedimento para a recolocação das agências com sede no Reino Unido”.

Portugal deve apresentar a sua candidatura definitiva (Lisboa ou Porto) até final de julho, estando a decisão do Conselho Europeu prevista para outubro.

Pedro Passos Coelho num encontro com jovens no Porto

# Sem emprego e habitação não se consegue fixar pessoas



O líder do PSD dedicou a manhã de domingo à cidade do Porto, onde participou num debate subordinado ao tema “Encontro com jovens – Desafios da juventude na cidade do Porto”. No início da intervenção, o líder do PSD afirmou ser necessário criar condições para que os jovens e os cidadãos possam ter condições de ter emprego e habitação na área que preferam, um problema realçado por Álvaro Almeida, candidato à câmara municipal do Porto. Precisamente sobre Álvaro Almeida, o presidente do PSD afirmou que este é “o melhor candidato, que pode ser um ótimo presidente”, e cujo reconhecimento aumentará durante a campanha.

O Porto é um dos casos “que tem beneficiado da dinâmica do turismo”. Mas lembrou que “muita da procura turística é temporária, deve ser aproveitada, mas não se pode construir um futuro a pensar nisso, pelo que se devem reforçar outras dimensões económicas. Se não existir emprego e habitação, não se consegue fixar as pessoas”.

Pedro Passos Coelho destacou ainda a importância de se levar a cabo uma verdadeira descentralização, que “não deve acontecer este ano mas talvez ainda nesta legislatura”, para que as autarquias tenham um papel ainda mais relevante para resolver os problemas locais, muitas vezes relacionados não só com o emprego e o alojamento mas também com a demografia. “É necessário avaliar em que medida um município deve ter uma intervenção importante para responder aos problemas”, disse.

Para o líder do PSD, deve-se aproveitar essa procura



no setor, mas “não se pode construir um futuro a pensar nisso”, sendo “muito importante” que “outras dimensões económicas possam ser reforçadas a par do turismo”.

Quanto ao emprego, Passos Coelho destacou que em Portugal há “um nível de formação superior que começa a estar mais próximo da média dos países europeus”.

Ainda assim, defendeu que “as pessoas, quando fazem as suas escolhas de formação e especialização” devem ter em conta “o que são as dinâmicas da área laboral”.

“Temos muitas pessoas licenciadas em áreas que não têm a maior procura ou a maior dinâmica do ponto de vista económico”, referiu, acrescentando que ser muito importante que quando as escolhas de formação são tomadas, esteja disponível “toda a informação” possível.

Se tal informação estivesse disponível, sublinhou, “os jovens acabariam por tomar decisões diferentes e, se isso acontecesse de forma mais extensiva, as instituições também sentiriam as pressões para adequar as suas respostas à procura”.

### Porto é um natural competidor à Agência Europeia do Medicamento

O presidente do PSD afirmou que o Porto é uma boa cidade candidata a acolher a Agência Europeia do Medicamento (EMA), pois Lisboa já é sede de duas agências e é “importante evitar a macrocefalia”.

No entanto, era importante que, desde o início, “as candidaturas tivessem sido abertas de forma competitiva para que os municípios que respondessem ao critério fossem considerados. A candidatura não se devia concentrar estritamente em Lisboa. Há outras regiões que podiam ter competido de forma competente e aberta”.

Durante o Governo liderado pelo PSD, foi criada uma instituição que ficou sediada no Porto, não simbolicamente, mas com serviços efetivos: a Instituição Financeira para o Desenvolvimento. “Foi criada de raiz e colocada no Porto porque não havia nenhuma razão para não ter a sede no Porto, que dispunha de pessoas formadas e com competências, reconhecidas internacionalmente. Mas foi também importante para atrair pessoas para a região”, disse.

Para o PSD, é importante que a EMA se possa fixar em Portugal, apesar de saber que não é fácil, porque Portugal já tem duas agências europeias e que há países na União Europeia que não têm qualquer instância desta natureza.

### Qualificações: acesso à informação potencia melhores decisões

O presidente do PSD destacou ainda a importância das qualificações, e em que medida estas se relacionam com as oportunidades no mercado de trabalho.

“Há um défice de qualificações que temos vindo a recuperar. Não está em causa a vantagem de poder obter um grau de qualificação superior. Mas é importante que as pessoas tenham em conta a dinâmica do mercado e da economia quando fazem as suas escolhas”, afirmou.

Atualmente, “temos pessoas licenciadas em áreas que não têm a maior procura e dinâmica do ponto de vista económico. As pessoas devem ser livres para escolher a sua formação, mas é importante, para quem faz a escolha, que se possa ter a melhor informação para tomar as suas decisões”.

Para tal, é necessária uma maior e mais ágil articulação entre as instituições e as empresas, pois “se esta informação estivesse mais acessível, muitos dos nossos jovens tomariam decisões diferentes. Se isso acontecesse, as nossas instituições sentiriam pressão para adequar a resposta à procura. É preciso alguma flexibilidade na matéria.”



Apresentação de candidatura de António Silva Tiago à câmara municipal da Maia

## Garantir a segurança das pessoas



No dia em que retomou a agenda pública partidária, que havia sido cancelada por causa da tragédia de Pedrógão Grande, o presidente do PSD afirmou que “estamos cá para garantir que uma resposta será dada para que se saiba o que aconteceu, e para que o Estado, que não esteve onde é preciso, esteja agora presente na reparação que é devida.”

“Não vale a pena vir acenar com caça às bruxas, não vale a pena querer sacudir a água do capote, não vale a pena desdramatizar. (...) Nós precisamos de ter uma resposta efetiva e os partidos têm uma obrigação de dizer que o Estado não deixará de ter uma palavra e uma ação consequente de reparação daquilo que se passou”, afirmou Pedro Passos Coelho na apresentação de candidatura de António Silva Tiago à câmara municipal da Maia, domingo, 25 de junho de 2017.

“Sabemos que alguma coisa não funcionou no Estado na resposta que era preciso dar em situações de emergência. Quem tem cargos públicos tem de estar sempre disponível para servir, mas também para assumir responsabilidade pela resposta que tem de ser dada. As pessoas confiam que o Governo, as autarquias e as instituições possam estar presentes e dar resposta quando o mais desafiante nos bate à porta”, disse.

Pedro Passos Coelho afirmou que “o dia de assumir responsabilidades chegará. E hoje sabemos que algo não correu bem para acontecer o que aconteceu. Na altura, como agora, disse que não devíamos desdramatizar”.

Para o líder da oposição, “devemos sempre uma explicação e devemos sempre uma reparação, independentemente de quem ocupa os lugares. O respeito perante os portugueses leva-nos a dizer que não esqueceremos o papel que o Estado deve exercer, dando explicações e acudindo agora às pessoas sem passarem por um caminho tortuoso.”

Agora, “não vale a pena acenar com caças as bruxas, nem querer sacudir a água do capote, nem desdramatizar. Temos de ter uma resposta efetiva e os partidos têm a obrigação de dizer que o Estado não deixará de ter uma palavra e uma ação consequente de reparação sobre o que se passou”.



Pedro Passos Coelho reiterou que “quem está em funções públicas, portanto, tem de estar sempre disponível para servir, mas também para assumir a responsabilidade pela resposta que tem que ser dada”.

“Eu disse algumas vezes que haveria o momento próprio para se assumirem responsabilidades públicas e políticas nestas matérias. E garanto-vos que esse dia chegará e eu não esqueci que devemos aos portugueses essa satisfação. Mas hoje já sabemos que alguma coisa não correu bem para acontecer o que aconteceu e portanto não devíamos desdramatizar na altura, como não podemos desdramatizar agora”, salientou.

Para o presidente do PSD, é necessário também garantir às populações “que uma resposta será dada para que se saiba o que aconteceu e também para que, em termos de reparação, o Estado, que não esteve onde era preciso quando a tragédia bateu à porta, esteja onde é preciso agora que as pessoas merecem a reparação que é devida para reconstruírem as suas vidas”.

“O respeito perante os portugueses leva-nos portanto a dizer que não esqueceremos o papel que o Estado deve exercer, dando a explicação devida sobre o que se passou, mas também acudindo às pessoas que precisam da reparação do Estado, sem que tenham que aguardar um caminho tortuoso até que aquilo a que têm direito possa chegar à sua porta”, salientou.

O Presidente da República pediu sábado, num artigo no “Expresso”, que seja “mesmo tudo” apurado, rapidamente sobre causas e resposta ao incêndio desta semana em Pedrógão Grande, “no plano técnico, como no institucional”. O incêndio que começou a deflagrar no dia 17 de junho, em Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, provocou pelo menos 64 mortos e mais de 200 feridos. O fogo atingiu também os concelhos de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, no distrito de Leiria, e chegou aos distritos de Castelo Branco, através da Sertã, e de Coimbra, pela Pampilhosa da Serra, mas foi dado como dominado na quarta-feira à tarde.

## Governo “empurra com a barriga” a descentralização

Pedro Passos Coelho criticou a forma como “há mais de um ano” se anda a “marcar passo e a empurrar com a barriga” a descentralização de competências para as autarquias.

O presidente do PSD venceu a necessidade de se concretizar uma efetiva descentralização. Agora que se inicia um novo ciclo autárquico, é uma “pena não o iniciarmos num novo quadro de competências. O Governo andou um ano a marcar passo e a empurrar com a barriga. Agora, querem fechar este processo à pressa, mas esqueceram-se de trazer à discussão os meios para que se concretizasse. É pena que se tenha perdido tempo, mas que não se perca a oportunidade de concretizar essa mudança”.

Para Passos Coelho, “esqueceram-se de trazer à discussão os meios que permitirão que as autarquias pudessem por em prática outras competências e atribuições”.

“É pena que se tenha perdido tempo. Mas que não se perca a oportunidade de nesta legislatura concretizar essa mudança”, defendeu o líder social-democrata, assinalando que há hoje “autarcas perfeitamente capazes de entregar o resultado mais positivo, seja nas áreas sociais, na saúde, na educação, no apoio social, na cultura, mas também em áreas económicas que são indispensáveis para gerar emprego, para gerar dinâmica económica, para trazer mais rendimento”.

O presidente do PSD destacou ainda que “as eleições compõem-se sempre de uma avaliação do que ficou para trás, mas trazem sempre uma janela de futuro”. “É pena que não pudéssemos hoje ter a perspetiva de iniciar esse novo ciclo autárquico já com um quadro de atribuições e competências diferente daquele que o país tem hoje”, sublinhou.

Passos Coelho frisou ainda que “nenhuma eleição está ganha até ser decidida pelos eleitores, que são quem decide as eleições. Não são os políticos”.

“Iniciamos sempre um ciclo novo com uma disponibilidade total para servir, mas sobretudo para fazer aquilo que devemos fazer. É preciso elencar os problemas, ver o que não realizamos, o que correu menos bem e as novas coisas que precisam de ser trazidas para debate”, disse. O que é necessário, é uma “avaliação do que ficou para trás e uma janela para futuro”.



E os autarcas estão preparados para um futuro com mais competências, que permita gerar mais emprego em cada concelho e região, com novas dinâmicas, gerando mais rendimento: “é possível fazer a diferença ao nível local”, disse.

O PSD tem procurado fazer uma escolha que se insira no motivo principal: “servir de forma íntegra e absoluta as comunidades que nos devem eleger. A razão de ser dos autarcas e dos políticos só pode ser servir inteiramente aqueles cujo voto pedimos”.



Visita aos Bombeiros de Castanheira de Pera

# Mecanismo para compensar as famílias das vítimas



Pedro Passos Coelho visitou as áreas afetadas pelos incêndios. Enalteceu o trabalho desenvolvido por bombeiros e pela sociedade civil, à qual atribuiu o verdadeiro apoio social. O Estado continua a não cumprir as suas responsabilidades, falhando no apoio psicológico. Desafiou o Governo a criar, com urgência, um mecanismo para ressarcir familiares das vítimas em espaço público. Agora, importa “apurar tudo o que se passou”.

Mais de “dez dias depois, o Estado ainda está a falhar”, afirmou na segunda-feira Pedro Passos Coelho, referindo-se às zonas afetadas pelos incêndios. Regista-se, por exemplo, falta de apoio psicológico no terreno. “O importante é termos a noção de que, naquilo que é mais fundamental – garantir a segurança das pessoas – o Estado falhou”, sublinhou. “Na qualidade de líder do PSD, o que me interessa é que as pessoas possam recuperar a confiança no Estado, que possam saber o que se passou e formular o seu juízo”, afirmou, salientando ser necessário evitar que situações destas se repitam.

“Quando leio e ouço certos moralistas dizerem que a responsabilidade é de todos fico com a certeza de que o que não se quer é que se apurem responsabilidades”, afirmou o presidente do PSD, no final de uma visita ao quartel dos Bombeiros Voluntários da Castanheira de Pera, segunda-feira. “As responsabilidades não são de todos”, reforçou, justificando: “há muitas dezenas de anos que combatemos incêndios, temos problemas de ordenamento florestal, de deficiências na resposta da proteção civil”, mas “nunca no passado uma tragédia como esta aconteceu”. Disse esperar “que todos saibam refletir deviatamente sobre isto”.





O presidente do PSD reiterou que “o País precisa de uma explicação cabal para aquilo que aconteceu”. Reforçou não se tratar de “uma questão partidária ou política”. É, em contrapartida, “uma questão essencial, para que o Estado possa prosseguir a sua tarefa e as pessoas, de alguma forma, reganhem confiança no próprio Estado”. afirmou, por isso, esperar que “todas as explicações, sobre os sistemas de proteção que foram acionados, sejam dadas em primeira instância pelo Governo”. Quem tem responsabilidades deve assumi-las, defendeu.

### É sobretudo o “apoio solidário da sociedade civil que se está a fazer sentir”

Pedro Passos Coelho salientou que a visita às zonas afetadas pelos incêndios teve como objetivo o contacto “com muitas pessoas que intervieram nesta primeira fase de emergência”. Referiu-se às corporações de bombeiros, mas também a muitas outras instituições da sociedade civil que “acudiram a situações de emergência” e “atuaram no sentido de providenciar apoio às populações afetadas”. Quis mostrar-lhes “apreço pelo papel que desenvolveram”. “Muitas vezes concentramos as atenções na proteção civil e na resposta mais institucional e escapa-nos que muita da resposta dada foi propiciada por instituições da sociedade civil”, justificou. Segundo o líder dos social-democratas, é sobretudo o “apoio solidário da sociedade civil que se está a fazer sentir. Não é o do Estado”.

Chegará o momento “em que teremos mesmo de apurar tudo o que se passou”. Para isso, o PSD sugeriu a constituição de uma comissão técnica, independente e especializada que, segundo afirmou o líder do partido, “parece ter acolhido, numa primeira instância, uma apreciação positiva dos outros partidos”. “Há muita informação dispersa. Saber o que se passou não é fazer o somatório dos depoimentos, é ter uma instância técnica que possa fazer uma avaliação, para podermos estar seguros das conclusões a que vamos chegar”, explicou.

### “Há já uma responsabilidade objetiva do Estado que está sem reparação”

Pedro Passos Coelho exigiu ainda do Governo a aprovação de medidas que visem indemnizar as famílias das vítimas do incêndio de Pedrógão Grande que morreram ou ficaram feridas em espaços públicos.



Para o líder do PSD, “há já uma responsabilidade objetiva do Estado que está sem reparação”. Referia-se ao facto de muitas pessoas terem perdido “a vida em vias públicas”, não tendo ainda o Governo tomado “uma iniciativa que permitisse que a responsabilidade objetiva pudesse ser assumida”.

Afirmou aguardar por que “o Governo possa, de forma muito rápida, criar um mecanismo que permita que, relativamente às vítimas em espaço público, as famílias possam ser rapidamente ressarcidas, através de um mecanismo transparente”. Caso o Executivo não avance “rapidamente” neste sentido, o próprio PSD não deixará de o “recomendar formalmente, através do Parlamento, ou eventualmente de apresentar uma iniciativa legislativa para colmatar isso”.

### Contratos do SIRESP estão “extremamente blindados”

Sobre as falhas de comunicação, e que são do conhecimento público, Pedro Passos Coelho lembrou não ter sido o seu Governo a adjudicar Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP). “Portanto, não tenho felizmente de responder aos problemas de deficiência”, explicou, comunicando que “todas as avaliações foram feitas” e, segundo é do seu conhecimento, “disponibilizadas publicamente”. Referiu-

se à renegociação do contrato, à semelhança do que aconteceu com muitas outras parcerias público-privadas. “Talvez tenha sido das mais complicadas, porque são contratos que estão extremamente blindados”, disse para, logo, acrescentar que “são contratos a que o Estado se obrigou de uma forma muito dura e isso, depois, não é facilmente alterável pelos governos subsequentes”.

### PSD “não tem tradição, nem hábito de pedir a demissão de membros do Governo”

De acordo com o líder dos social-democratas, “o PSD não tem, do ponto de vista institucional, tradição nem hábito de pedir a demissão de membros do Governo”. Segundo asseverou, não irá “pedir a demissão de ministro nenhum, nem do primeiro-ministro”. Contudo, “não deixaremos de fazer a imputação da responsabilidade que for politicamente necessária”, comunicou. “Nunca deixei de assumir as minhas responsabilidades e espero que os outros possam fazer o mesmo”, acrescentou.

Antes da visita a Castanheira de Pera, o líder do PSD visitou o Atlético Clube Avelarense, no Avelar, concelho de Ansião, a câmara municipal e a Misericórdia de Pedrógão Grande, onde se reuniu com o autarca Valdemar Alves e o provedor João Marques, respetivamente.



Autárquicas 2017

## Fernando Seara será “um grande presidente em Odivelas”

Pedro Passos Coelho avisou o Governo que não terá o apoio do PSD “se forçar uma decisão” à pressa do parlamento em matéria de descentralização. Pedro Passos Coelho afirmou ainda que é preciso proceder a uma nova reforma das Áreas Metropolitanas. Apesar de o ímpeto nesta área ter começado durante o último governo liderado pelo PSD, é preciso “avaliar o processo e fazer uma nova reforma que confira instrumentos às organizações dos municípios, com novas responsabilidades”.

Na sessão de apresentação da candidatura de Fernando Seara à câmara municipal de Odivelas, segunda-feira, 26 de junho, o presidente do PSD afirmou que é “preciso olear e pôr a funcionar as Áreas Metropolitanas através dos mecanismos que já existem. É importante que os municípios estejam capacitados e reforçados na dimensão política para que os processos possam ser bem conduzidos”.

“O Governo perdeu muito tempo a apresentar” um projeto efetivo de transferência de competências. “Já podia estar concluído se tivéssemos começado a trabalhar há um ano. Passou-se todo este tempo e só há três meses o Governo começou a apresentar projetos de decreto lei, que trocam ideias gerais por outras mais concretas. Ainda não se conhece o esforço financeiro dessas competências. Trabalhou-se em cima do joelho e esperam que o Parlamento feche o processo que o Governo demorou a concretizar. Espero que o Governo não force uma decisão do Parlamento nessa matéria, senão não terá o nosso apoio”.

Para que se concretize uma verdadeira descentralização, “é preciso mais tempo. Mas espero que aconteça nesta legislatura.” O presidente do PSD salientou que,



neste momento, os sociais-democratas não estão “em condições de finalizar este processo”, mas espera que ele venha a ser concluído até ao final da legislatura, responsabilizando o Governo pelo atraso na entrega de diplomas no parlamento.

“Infelizmente, trabalhou-se muito em cima do joelho e agora espera-se que o parlamento à pressa feche o processo. Espero que o governo não force uma decisão nesta matéria, se forçar não poderá contar com o nosso apoio”, afirmou Passos Coelho.

## Candidaturas servem os munícipes

Sobre as autárquicas de 01 de outubro, Passos Coelho pediu “humildade” e sublinhou a necessidade de se “disputar as eleições a pensar no que podemos colocar ao serviço dos outros. E assim o resultado será mais recompensador”. Na verdade, “qualquer partido que se preocupe com as suas comunidades terá mais vantagem estratégica em estar alinhado com os portugueses do que quando se centram no seu umbigo e só olham para cada eleição”.

O PSD parte “com humildade, confiantes de que escolhemos os melhores, e por isso confiamos nas decisões dos eleitores. Estas eleições estão em aberto, não se ganham antes dos eleitores escolherem.”

Fernando Seara é “não só um bom candidato, mas também pode vir a ser “um grande presidente em Odivelas”, numa candidatura em coligação com o CDS-PP.

Pedro Passos Coelho agradeceu publicamente ao advogado ter aceitado o convite para concorrer à câmara de Odivelas. O candidato “interessa-se pelos outros, coloca o seu saber ao serviço da comunidade, e não tem nada a provar. Está ao alcance de Odivelas ter um grande presidente.”

“Estas eleições estão em aberto, aqueles que acham que aqui sempre se votou num mesmo partido podem gerar um equívoco, nós também já perdemos câmaras que achávamos que iríamos perder”, alertou, dizendo esperar que a candidatura de Fernando Seara possa sair vencedora.

Odivelas é um concelho com uma demografia e uma população significativa e precisa de traduzir isso em importância política na Área Metropolitana de Lisboa”, defendeu o líder social-democrata.

Na presença do coordenador autárquico nacional e candidato à Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, e do líder parlamentar do PSD Luís Montenegro, o presidente do PSD manifestou o desejo de que Odivelas “seja mais um município com competência política” para discutir uma nova reforma das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Referindo-se à Carris, o líder da oposição lembrou que “o anterior Governo tinha um projeto ambicioso, o de fazer a concessão da gestão para que os investimentos fossem garantidos por privados, sem que os contribuintes fossem chamados a contribuir para isso. O Estado ficaria detentor dos equipamentos que viessem a ser alvo do investimento, mas eles estariam à disposição das pessoas. O governo decidiu que a Carris deveria ser do município de Lisboa, que serve outros municípios. A ideia de que existe uma preocupação com a Área Metropolitana de Lisboa não tem a ver com os factos”.

## Dar projeção ao concelho de Odivelas

Fernando Seara está pronto para dar um grande desenvolvimento a Odivelas, que faz parte da Área Metropolitana de Lisboa, uma característica que pode ser traduzida numa importância política maior.

Fernando Seara afirmou que se candidata à autarquia de Odivelas, pela coligação do PSD/CDS-PP, para dar mais projeção ao concelho e prometeu melhorar as acessibilidades, como fez no município de Sintra.



“Não venho para Odivelas para dividir, mas sim para ajudar. Venho por bem”, começou por dizer, enumerando depois um conjunto de medidas que pretende implementar no município caso vença as eleições.

“Queremos combater a exclusão social e a pobreza. Queremos lavar este concelho e esta cidade e pôr a higiene urbana a funcionar. Queremos igualdade de tratamento na afetação de edifícios públicos e de fundos

comunitários”, sublinhou.

Fernando Seara lembrou as melhorias introduzidas na principal via que liga aquele município a Lisboa (IC19) e prometeu fazer o mesmo no concelho de Odivelas.

“Já temos um levantamento feito e sabemos com quem devemos falar. Queremos respostas concretas”, concluiu.



## Miguel Beleza “serviu o país de forma exemplar”

Pedro Passos Coelho recebeu com “profunda consternação” a notícia do falecimento de Miguel Beleza. “Foi com profunda consternação que recebi a notícia do falecimento do Professor Miguel Beleza. Ele foi uma figura notabilíssima, tanto na Academia, como no exercício de funções públicas”, escreveu o líder do PSD.

Como economista, recordou que se formou “com brilho e distinção nas escolas americanas mais ilustres e na companhia de alguns dos grandes mestres mundiais”. “Esse raro reconhecimento internacional pelo seu saber acompanhá-lo-ia sempre ao longo da sua vida”, acrescentou.

O presidente do PSD lembrou que Miguel Beleza ensinou várias gerações de alunos e considerou que “a sua inteligência sobressaía com naturalidade e impressionava qualquer interlocutor”. “Serviu o país de forma exemplar, primeiro enquanto ministro das Finanças, no XI Governo Constitucional, liderado pelo então primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva; e depois como Governador do Banco de Portugal”, cargos desempenhados “num período decisivo” da história democrática portuguesa, o de preparação da entrada no Sistema Monetário Europeu até à adesão e integração na União Económica e Monetária.

Pedro Passos Coelho considerou ainda que Miguel Beleza foi um “apaixonado participante no debate público com uma humildade e elevação invulgares, ensinando sem impor, escutando sem renunciar aos seus princípios”.

Em seu nome e em nome do PSD, Passos Coelho



prestou homenagem à sua carreira académica e pública, à sua participação cívica e à sua personalidade.

No dia 23, o parlamento aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento de Miguel Beleza. Era militante do PSD desde 4 de julho de 1974.

### Perfil

Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza nasceu em 28 de abril de 1950 em Coimbra. Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia (ISE), em 1972, e obteve o Doutoramento (Ph.D.) em Economia, no Massachusetts Institute of Technology (MIT) nos Estados Unidos, em 1979, com equivalência de título académico pela Universidade Nova de Lisboa.

Filho de José Júlio Pizarro Beleza e de Maria dos Prazeres Lançarote Couceiro da Costa, Miguel Beleza era irmão de Leonor Beleza, presidente da Fundação Champalimaud, de Teresa Pizarro Beleza e de José Manuel Beleza. Desempenhou os cargos de ministro das Finanças no XI Governo Constitucional (1990-1991) e de Governador do Banco de Portugal entre 1992 e 1994. O seu percurso profissional começou no Banco de Portugal, como técnico assessor e técnico consultor, entre 1979 e 1987, onde integrou o Gabinete de Estudos Económicos, estrutura na altura dirigida por Aníbal Cavaco Silva. A seguir, foi para o Fundo Monetário Internacional (FMI), ocupando-se das relações de Portugal e Espanha com esta instituição, entre 1984 e 1987. Foi também administrador do Banco de Portugal, a convite de Cavaco Silva, na altura primeiro-ministro, entre 1987 e 1990 e, posteriormente, governador, entre 1992 e 1994, sucedendo no cargo a Tavares Moreira. Como Governador do Banco de Portugal, geriu a desvalorização do escudo durante

as perturbações cambiais de 1992 a 1993, causada pela agitação dos mercados financeiros, que se refletiu no Sistema Monetário Europeu.

Foi o primeiro gestor, na instituição, da permanência do escudo no Sistema Monetário Europeu. Na política exerceu o cargo de ministro das Finanças do XI Governo Constitucional (1990-1991). Enquanto esteve à frente da pasta das Finanças, Miguel Beza impulsionou a criação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e colaborou no processo de adesão de Portugal à União Económica e Monetária. Naquela altura, teve como colegas nomes da economia mundial, como Ben Bernanke, ex-Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos e Lucas Papademos, ex-vice-presidente do BCE. Foi aluno de Alfredo de Sousa e Paul Samuelson, Prémio Nobel da Economia em 1970.

O economista português foi consultor e diretor da revista Economia da Universidade Católica Portuguesa, professor na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e professor visitante em Brown University (Providence, Rhode Island, EUA, 1982/1983), na Universidade dos Açores e no INSEAD (Fontainebleau, França, por períodos curtos em 1981 e 1982). A sua carreira granjeou-lhe algumas condecorações, tendo sido agraciado a 22 de agosto de 1991 com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil, a 09 de junho de 1995 com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito e a 28 de junho de 2005 com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Miguel Beza tinha como texto que mais o marcou um artigo de Gary Stanley Becker, reconhecido economista americano, Prémio Nobel da Economia em 1992, sob o título "Crime and Punishment: An Economic Approach". Conhecido pelo sarcasmo, num noticiário em que era apresentado como economista, professor catedrático, antigo governador do Banco de Portugal e ex-ministro das Finanças, comentou: "Isso não é currículo, é cadastro".



Faleceu dia 22 de junho de 2017, na sua casa em Lisboa, vítima de paragem cardiorrespiratória.

## Nota de pesar do presidente do PSD

«Foi com profunda consternação que recebi a notícia do falecimento do Professor Miguel Beza. Ele foi uma figura notabilíssima tanto na Academia, como no exercício de funções públicas.

Como economista, formou-se com brilho e distinção nas escolas americanas mais ilustres e na companhia de alguns dos grandes mestres mundiais. Esse raro reconhecimento internacional pelo seu saber acompanhá-lo-ia sempre ao longo da sua vida. Em Portugal, também ensinou várias gerações de alunos e a sua inteligência sobressaía com naturalidade e impressionava qualquer interlocutor. Serviu o País de forma exemplar, primeiro enquanto ministro das Finanças no XI Governo Constitucional, liderado pelo então Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva; e depois como Governador do Banco de Portugal. Desempenhou estes dois cargos num período decisivo da nossa história democrática - o de preparação da entrada de Portugal no Sistema Monetário Europeu até à adesão e integração na União Económica e Monetária.

Foi um apaixonado participante no debate público com uma humildade e elevação invulgares, ensinando sem impor, escutando sem renunciar aos seus princípios. Nesta hora difícil presto a minha homenagem e a do Partido Social Democrata à sua carreira académica e pública, à sua participação cívica e à sua personalidade, e endereço a toda a família e amigos as mais sentidas condolências.

**Pedro Passos Coelho**  
Presidente do PSD»



José Matos Correia na sessão de homenagem do parlamento às vítimas do incêndio de Pedrógão Grande

## O País não esteve à altura da confiança dos cidadãos

Para o vice-presidente da Assembleia da República e deputado do PSD, José Matos Correia, “o País não esteve à altura” da confiança dos cidadãos. Na sessão evocativa em memória das vítimas e de agradecimento aos combatentes nos incêndios que deflagraram dia 17 de junho em Pedrógão Grande, José Matos Correia sublinhou que os cidadãos confiaram que “as instituições seriam capazes de os proteger perante um perigo com que se defrontassem”.

Considerando que “este não é o momento ainda para analisar falhas e apurar responsabilidades, se as houver”, José Matos Correia defendeu que “esse momento tem de chegar”.

“Porque a busca da verdade tem sempre de ser numa democracia consolidada como a nossa uma preocupação central, porque só a perceção do que terá corrido bem poderá ajudar-nos a refletir sobre o modo como estas catástrofes podem ser evitadas ou fortemente minimizadas”, afirmou.

O deputado social-democrata entende que “o diagnóstico das fragilidades do país neste domínio está feito”, mas alertou que as ocorrências deste ano “atingiram dimensões sem precedentes”, sobretudo em termos de vítimas civis.

“É precisamente esta diferença tão marcante entre passado e presente que exige um apuramento exaustivo do que se terá passado”, disse, considerando que essa será a melhor forma de “garantir que este drama não mais se repetirá” e o “melhor modo de honrar a memória” dos afetados pelo incêndio.

Para o PSD, “Portugal não pode estar condenado ano após ano a viver com o receio e a angústia de enfrentar tragédias” como a atual.

José Matos Correia aproveitou a ocasião para reiterar, em nome do PSD, palavras de homenagem e conforto às vítimas e de agradecimento aos que estão no terreno, apontando os bombeiros como “um exemplo de coragem, de determinação e amor ao próximo”.

Com uma palavra de esperança aos feridos e para as comunidades afetadas, o deputado do PSD salientou que o voto de pesar hoje aprovado expressa não apenas o sentimento dos deputados, mas “de todo um país e de todo um povo”.

“Honrar a memória dos 64 mortos impõe como imperativo ético que não nos conformemos com a inevitabilidade destas tragédias”, defendeu.

### Mensagem de José Matos Correia



«Este é um momento da vida parlamentar que todos nós, sem exceção, desejaríamos que nunca acontecesse, porque a circunstância que o determina é uma tragédia de dimensões avassaladoras, que levou a vida a dezenas de pessoas, que dizimou inúmeras famílias, que destruiu localidades inteiras.

Nessa medida, as primeiras palavras que aqui quero deixar, em nome do PSD, são de homenagem, de conforto e de agradecimento.

De homenagem, antes do mais, a todos aqueles que perderam a vida, para mais de uma forma tão cruel, num conflito tão desigual com um inimigo traiçoeiro.

De conforto a todos aqueles que perderam entes queridos, amigos e, por vezes, todos os seus bens.

De agradecimento a todos aqueles que têm dado o melhor do seu esforço para travar um combate tão desigual, sejam eles das forças de segurança, sejam eles voluntários das mais diversas origens da sociedade civil, sejam eles funcionários dos mais diversos serviços públicos.

Como é óbvio um destaque especial para os bombeiros, que têm sido para todos nós, uma vez mais, um exemplo de coragem, de determinação e de amor ao próximo. Como uma palavra especial não pode deixar de ser dada também relativamente a Gonçalo Conceição que levou o exercício das funções ao extremo, sacrificando a sua vida em defesa dos outros.

Ao mesmo tempo queremos deixar também uma palavra de esperança, desde logo para os feridos, desejando a todos um restabelecimento tão pronto quanto possível, mas igualmente para todas as comunidades afetadas, com destaque para o município de Pedrógão Grande, para que saibam encontrar a necessária determinação para ultrapassar esta profunda injustiça que sobre elas recaiu.

A Assembleia da República expressa hoje, através do voto de pesar que daqui a minutos merecerá o apoio unânime da câmara, não apenas o sentimento profundo de todos os que aqui exercem funções, mas mais do que isso o sentimento de todo um País e de todo um povo cuja vontade aqui orgulhosamente representamos.

Honrar a memória dos 64 mortos impõe-nos, como imperativo ético, que não nos conformemos com a inevitabilidade destas tragédias e que nos mobilizemos todos para as evitar.

A vida em sociedade assenta fundamentalmente no respeito pela ideia de confiança, porque sem que disso normalmente nos demos conta, é a confiança que depositamos nas instituições e nos nossos concidadãos, que está na base até dos mais singelos atos do nosso quotidiano.

Andamos nas ruas porque confiamos que a nossa segurança está garantida; adquirimos bens porque acreditamos na boa-fé dos vendedores; tantas vezes não conferimos os documentos que nos entregam, porque não duvidamos da sua correção; partilhamos com outras pessoas as nossas opiniões e segredos, porque estamos absolutamente convictos de que os guardarão só para si.

Há que reconhecer, porém, que o valor da confiança tem sofrido, nas sociedades modernas, uma progressiva e muito preocupante erosão, tanto por motivos endógenos, quanto por razões exógenas. E, por força disso, a incerteza tem vindo a apoderar-se da vida de cada um de nós. E, o que é pior, a minar a confiança que constitui o pressuposto básico de qualquer vida em sociedade.

No passado fim de semana, 64 pessoas confiaram. Confiaram que podiam estar tranquilamente em suas casas. Confiaram que podiam dar um passeio para se encontrar com amigos. Confiaram que lhes era possível gozar uns dias de merecidas férias. Confiaram, como cada dia instintivamente todos nós o fazemos, que as instituições seriam capazes de os proteger perante um perigo com que se defrontassem. O País, no entanto, não esteve à altura dessa confiança.

Este não é, ainda, o momento para analisar falhas ou para apurar responsabilidades, se as houver. Mas tal momento tem de chegar.

Porque a busca da verdade tem sempre de ser, numa democracia madura e consolidada como a nossa, uma preocupação central.

Porque só a perceção do que terá corrido menos bem, poderá ajudar-nos a refletir sobre o modo como estas catástrofes podem ser evitadas ou, pelo menos, fortemente minimizadas.

Porque Portugal não pode estar condenado, ano após ano, a viver com o receio e a angústia de enfrentar tragédias como aquela que agora sobre todos nós se abateu.

Nenhum de nós ignora que o diagnóstico das fragilidades que expõem o País a este flagelo está feito. Mas todos temos também a consciência de que, se no passado se perderam vidas humanas, sobretudo bombeiros, e se registaram significativos danos materiais, as ocorrências deste ano atingiram dimensões sem precedentes, particularmente em termos de vítimas civis. E é precisamente esta diferença tão marcante entre o passado e o presente que exige um apuramento exaustivo daquilo que se terá passado.

Fazê-lo será não apenas a maneira de garantir que este drama não mais se repetirá. Mas, mais do que isso, seria o melhor modo de honrar a memória daqueles nossos compatriotas que pagaram o último dos preços, porque confiaram, como era seu direito fazê-lo.»

# Governo deixa 80 mil precários sem vínculo ao Estado

Foi em entrevista à Rádio Renascença, em 4 de abril deste ano, que o primeiro-ministro afirmou que todos os que forem identificados como precários a trabalhar na Função Pública serão integrados. António Costa assumia o compromisso de integrar todos, fossem 110 mil “ou 80 mil”. Agora, sabe-se que o Governo poderá deixar de fora do processo de regularização cerca de 80 mil pessoas.

“O combate à precariedade, levado a cabo por este Governo, é o melhor indicador da política ilusionista que vivemos hoje”, acusa a deputada Carla Barros, para quem este executivo socialista, em sintonia com o BE e o PCP, é responsável pela “pior política laboral de que há memória na história da democracia”.

A primeira fase do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), lançado pelo Governo, termina a 30 de junho. Dos 100 mil trabalhadores precários ao serviço do Estado contabilizados pelo próprio Executivo apenas 17 mil requereram, até ao momento, a avaliação da sua situação. Um número aquém das expectativas criadas que se justifica pelos muitos entraves, requisitos e exceções que o Governo coloca à integração dos precários nos quadros do Estado.



Para Carla Barros, este “é um Governo ilusionista porque fez um diagnóstico de 100 mil trabalhadores precários que, afinal, agora não reconhece, porque iludiu os sindicatos, porque fez acreditar às instituições europeias no cumprimento do rácio de entrada e saída de trabalhadores na administração pública, e porque cria mais e mais precariedade ao invés de a combater”.

Com o atual Governo, o número de trabalhadores precários nas Administrações Públicas aumentou, até março, em 16 mil pessoas.

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...

Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas

Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas

O dia-a-dia da atividade  
do PSD

Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras

Maria Luís Albuquerque na apresentação de Josué Bacalhau à câmara municipal de Vila Viçosa

## Comissão técnica totalmente independente das instâncias políticas

À margem da apresentação do candidato da coligação PSD/CDS-PP à câmara municipal de Vila Viçosa, Josué Bacalhau, sábado, 24 de junho, a vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, reiterou a necessidade de uma comissão técnica independente para apurar as circunstâncias que conduziram a que no incêndio de Pedrogão Grande tenha havido “perda de vidas humanas como nunca visto”.

“Esta é uma iniciativa do PSD, é uma matéria cujas responsabilidades têm de ser apuradas, visto que temos de perceber o que aconteceu”, afirmou Maria Luís Albuquerque, na apresentação que decorreu no salão dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa, no distrito de Évora.

A vice-presidente do PSD adiantou que essa garantia “deve ser feita por uma entidade técnica, com capacidade técnica e totalmente independente das instâncias políticas, para que as conclusões possam ser confiáveis e de facto esclarecedoras”.

“É uma obrigação que temos, e, em primeiro lugar, para com as vítimas trágicas deste incêndio”, realçou.

É preciso saber, acrescentou Maria Luís Albuquerque, “porque é que num fogo florestal há um número de vítimas que não tem precedente, nem em Portugal, nem no resto do mundo”.

Para a vice-presidente do PSD, a questão da reforma das florestas “será tratada”, mas “é algo que precisa de tempo, de reflexão e de discussões”.

“Neste momento, devemos ao país a explicação clara do porquê, se alguma coisa falhou, porque falhou, se poderia ter sido evitada e quais são as responsabilidades, é incontornável”, afirmou.

### Boa gestão do PCP nas autarquias é um mito

Maria Luís Albuquerque criticou o PCP e a gestão nas autarquias, considerando que “não há essa boa gestão” cuja “fama” a CDU criou. “Criou-se um mito, que perdura, de que nas autarquias a CDU governa bem, o que é uma coisa que não resiste a qualquer análise minimamente séria”, afirmou.



“O que se verifica na esmagadora maioria dos municípios geridos pela CDU é que não há essa boa gestão cuja fama criaram e a maioria desses territórios estão reféns de uma política que se destina única e exclusivamente a assegurar a sua continuidade no poder”, adiantou.

A vice-presidente social-democrata criticou também o atual Governo, considerando que “é mais centralista de que todos os outros, mas mais centralista porque o interesse deles está muito mais na perpetuação do poder, do que verdadeiramente naquilo que acontece aos portugueses”.

“E como conseguem gerir melhor e garantir melhor essa presença no poder nesse curto-circuito entre o Terreiro do Paço e São Bento, não se preocupam com o resto”, acrescentou.

Para Maria Luís Albuquerque, o PSD “preocupa-se sempre com a criação de riqueza para distribuir, os partidos da esquerda, distribuem sempre aquilo que não

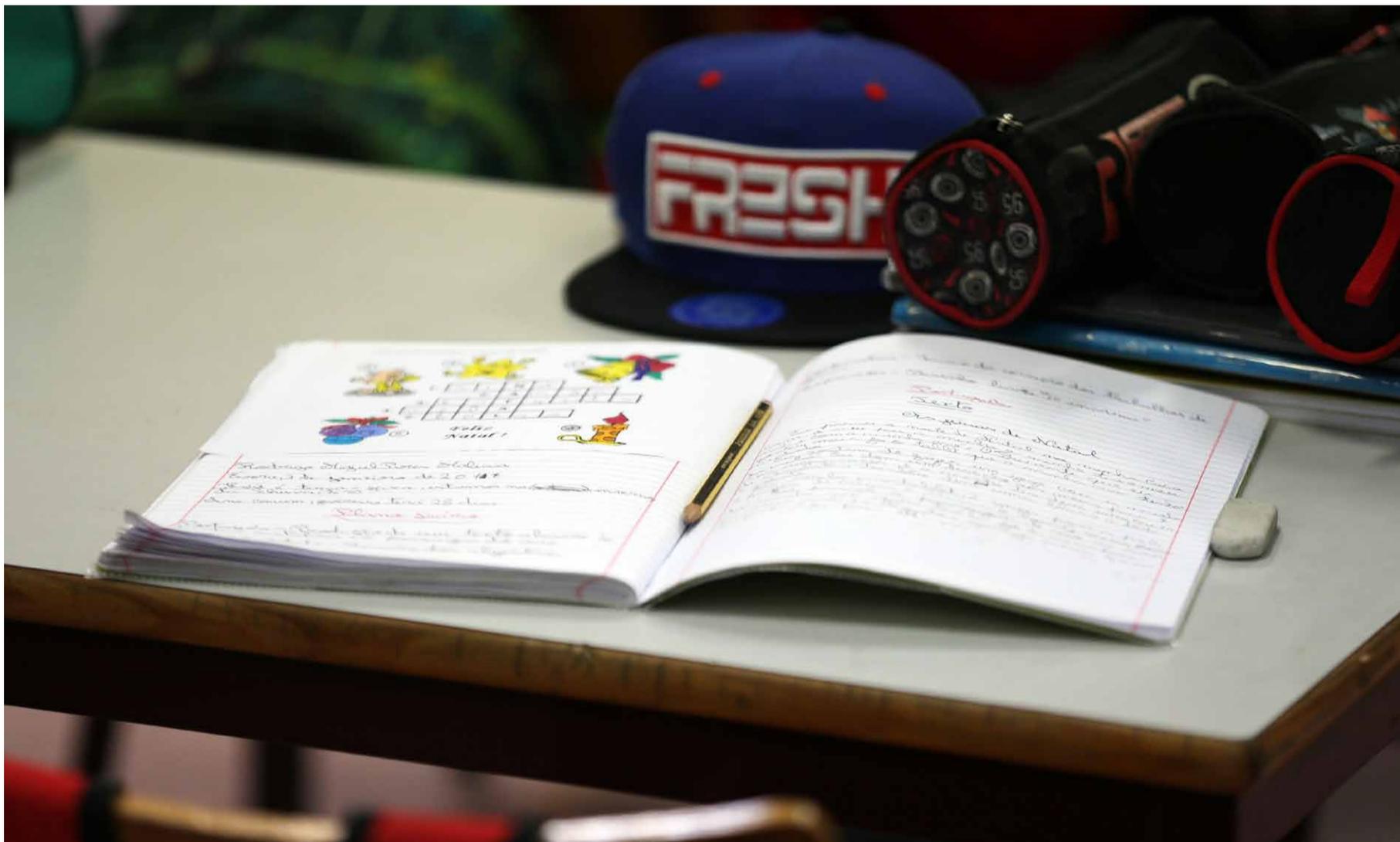
criam, e como não criam, distribuem à custa da dívida que vão aumentando”.

“Os partidos da esquerda passam pelo Governo e o país vai abaixo e fica à beira da bancarrota e nós lá somos, mais uma vez, chamados para compor”, realçou.

A deputada do PSD defendeu também que “é preciso continuar a fazer reformas”, acrescentando que “se conseguiu muito, mas aquilo que se conseguiu ainda não é suficientemente sólido para nos pôr a salvo dos próximos problemas que apareçam a nível internacional”.

Na apresentação do candidato da coligação PSD/CDS-PP à Câmara de Vila Viçosa, Josué Bacalhau, antigo presidente daquele município durante dois mandatos, eleito em 1989 pelo PS e em 1993 pelo PSD, estiveram ainda os deputados António Costa da Silva, do PSD, eleito por Évora, e candidato ao município de Évora nas eleições autárquicas de 01 de outubro, e António Carlos Monteiro, do CDS-PP.

# O faz-de-conta do Governo, PCP e BE na Educação



A inação do Governo introduz instabilidade junto das famílias, escolas e instituições de ensino superior, vítimas de uma política que não protege o interesse das crianças e jovens, mas assenta em preconceitos ideológicos. O desrespeito dos compromissos do Estado com as escolas e o atraso na atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior são a marca da política patrocinada pelo PS, PCP e BE.

## Incumprimento dos compromissos financeiros

Em fevereiro último, os deputados do PSD denunciaram os “atrasos graves no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelo Ministério da Educação, firmados contratualmente no apoio às famílias, em particular as menos favorecidas economicamente”.

Em junho, a situação mantém-se, prejudicando o percurso escolar de centenas de crianças, a maioria oriundas de famílias que recebem o Rendimento Social de Inserção. O PSD mencionou o caso do Colégio Liverpool, no Porto, uma instituição com mais de 75 anos, onde está em causa a falta de pagamento da última tranche e respetivos acertos das verbas contratualizadas nos Contratos Simples de Apoio à Família.

Os deputados PSD consideraram inaceitável a falta de resposta por parte do Ministério da Educação perante a tomada de conhecimento destas situações dramáticas. Recorde-se que, durante o ano letivo 2016/2017, as escolas foram obrigadas a funcionar com cerca de 20% a menos nas transferências do Ministério da Educação.

## Governo não assegura serviço público em Cernache do Bonjardim (Sertã)

Em 20 de junho, o PSD dirigiu uma pergunta ao ministro da Educação, sobre os cortes do Ministério no apoio financeiro ao Instituto Vaz Serra de Cernache do Bonjardim, no concelho da Sertã.

“Quando se discute a manutenção dos contratos de associação em Cernache do Bonjardim, concelho da Sertã, discute-se muito mais do que o preconceito ideológico cego das esquerdas. Está, desde logo, em causa a honorabilidade do Estado, que este Governo decidiu estar acima da lei – eu diria ‘fora da lei’ – quando se recusa a honrar os compromissos previamente assinados com a escola”, criticou Álvaro Batista, deputado do PSD.

A violação dos compromissos do Estado impossibilita que esta escola possa manter as portas abertas no ano letivo 2017/2018, negando o “direito à educação às crianças

e aos jovens”. Dezenas de crianças que têm hoje aulas perto de casa, em instalações adequadas, serão obrigadas no próximo ano letivo a fazer percursos longuíssimos para outra escola que não está preparada para as receber.

Localizado num território de baixa densidade, como toda a região circundante, Cernache do Bonjardim é afetada por graves problemas de despovoamento, envelhecimento da população local e níveis de rendimento muito abaixo da média nacional. O deputado alerta que “colocar em causa a subsistência do Instituto Vaz Serra, é prejudicar indelevelmente o futuro social e a economia local em Cernache do Bonjardim, o que não pode deixar de ser denunciado. Até ao momento, o PSD ainda não obteve uma resposta sobre a manutenção dos compromissos firmados pelo Governo com o Instituto Vaz Serra em Cernache do Bonjardim, que assegura a prestação serviço público de educação no concelho da Sertã.

## Atrasos nas bolsas de estudo

No dia 12 de junho, os deputados do PSD criticaram o atraso na atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. O panorama é desastroso e é da inteira da responsabilidade do ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior.

“Neste contexto, e considerando o facto de não existirem restrições externas financeiras, não podemos compreender os atrasos verificados na atribuição de bolsas de estudo que aconteceram este ano letivo”, lamentou Margarida Mano, deputada do PSD. “Não é para nós aceitável, em qualquer circunstância, que cheguemos a junho com mais de 2 mil estudantes desconhecendo se vão receber bolsa de estudo para um ano letivo que está na sua ponta final”.

A redução dos apoios na ação social escolar mina a credibilidade e a confiança no Estado e, sobretudo, agrava a frágil situação em que se encontram os estudantes, muitos dos quais acabam por abandonar a frequência do ensino superior. Os apoios sociais e o acesso à Educação não podem ser restringidos por injustificáveis fatores burocráticos.

“A educação é o maior investimento de uma sociedade no seu futuro”, recorda Margarida Mano. “O ensino superior, em particular nas últimas décadas, tem sido um inestimável fator de ascensão social permitindo aos portugueses o acesso a melhores níveis de vida e maior competência e realização profissional. Recordo que Portugal, de acordo com os mais recentes dados OCDE e dentro das nações analisadas, é também um dos países onde a variação de rendimento, entre quem tem formação superior e quem não tem, é maior”, enalteceu a deputada.

Para o PSD, o ensino superior e a igualdade de oportunidades são “uma preocupação dos portugueses e uma prioridade para a ação”.

# Governo, BE e PCP obrigam contribuintes a pagar “negócios”

O Governo esconde o acordo com os lesados do BES: há falta de transparência, de respeito pelo País e pelo Parlamento. Para os social-democratas, a proposta de lei do Governo é “fato à medida de alguém” e pode afetar todos os contribuintes neste caso e em futuros “negócios ruins”.

A solução para os lesados do papel comercial do BES está envolta na “mais profunda opacidade”, com o Governo a esconder ao Parlamento “os termos do acordo alcançado”, de acordo com Carlos Silva, deputado do PSD.

“Sem conhecermos o acordo, não sabemos se a proposta [de lei] que aqui nos traz o materializa”, disse Carlos Silva, referindo-se ao “acordo alcançado” pelo Governo e recordando as diversas interpeleções feitas, até agora sem resposta. A opacidade do Governo foi, também, focado pelo deputado Duarte Pacheco que recordou que “o regimento, que é lei, diz que o Governo tem 30 dias para responder”. Segundo o deputado, o pedido foi feito em dezembro, mas volvidos “180 dias esse acordo não chegou”. Perguntou, por isso, o motivo pelo qual o Executivo esconde “a letra do acordo ao Parlamento e ao País”. Para o PSD, trata-se de “um desrespeito pela casa da democracia e é isso que levanta tantas dúvidas e perplexidades”.

Carlos Silva lembrou que a reunião plenária desta sexta-feira constituía “uma boa oportunidade para pôr fim à gritante falta de transparência”. Não poupou, contudo, nas críticas, afirmando que “é patente que, mais uma vez, o Governo engendra uma solução artilosa que acaba por colocar portugueses contra portugueses”.

Referia-se ao facto de “o dinheiro de todos os portugueses” vir a ser “utilizado para pagar o direito de alguns”. Não escondeu a preocupação que esta possibilidade causa.



## Portugueses chamados a pagar “negócios ruins”

Para o PSD não devem ser os portugueses a suportar, com os seus impostos, “os investimentos ruins que alguns clientes bancários foram aliciados a efetuar”. “Vemos muita indignação de quem ficou sem os seus investimentos, é compreensível”, disse, para logo acrescentar: “mas contra quem ficou com as suas poupanças é que não vemos indignação nenhuma”. Acusou, por isso, a solução encontrada de ser “à boa maneira socialista: alguém há-de pagar, não se sabe quando, nem quanto”. Trata-se “de mais um remendo da geringonça à custa dos portugueses”, criticou.

Duarte Pacheco classifica a proposta apresentada pelo Governo como “um fato à medida para alguém”, pelo que insistiu que é necessário saber-se mais do que é dado a conhecer. Acusou a bancada do PS de desrespeitar a Justiça, na medida em que “assume que o Estado será culpado pelas ações que os lesados têm contra o próprio Estado, evitando assim o apuramento de responsabilidades”. “Os senhores já se substituem à própria Justiça, dizendo que o Estado ia ser condenado”, afirmou, reiterando o desrespeito que a maioria de esquerda mostra ter pelas instituições e pelo Parlamento.

## Governo está a abrir “Caixa de Pandora”

Duarte Pacheco alertou, ainda, que o dito “fato à medida abre uma porta para o futuro”, pois a proposta de lei “diz que todos os lesados passam a poder beneficiar de garantias do Estado”. Duarte Pacheco explica: “se forem lesados de outra instituição financeira podem pedir garantias públicas”. “Estão a abrir uma Caixa de Pandora”, avisou, acrescentando que as consequências recairão sobre todos os contribuintes que serão chamados a pagar “negócios ruins”. Em contrapartida, o Governo quer “branquear o comportamento das entidades de supervisão”, denunciou o social-democrata.

# Governo condiciona autonomia da ANACOM



As nomeações, pelo Governo, de dois atuais quadros da PT para a Administração da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), põe em causa a idoneidade e a autonomia do regulador. “É, antes de mais, uma decisão política errada” e o Governo “manifesta um desprezo total pelas regras elementares de separação das esferas pública e privada e da preservação da idoneidade e autonomia das entidades reguladoras face às empresas objeto de regulação”, denunciou Luís Leite Ramos, vice-presidente da bancada social-democrata.

O Governo decidiu indicar os nomes de Dalila Araújo e de Margarida Sá Costa para vogais do Conselho de Administração (CA) da ANACOM, ambas com ligações profissionais à PT, justamente uma empresa sob a regulação daquele organismo.

Dalila Araújo é, desde 2011, “senior advisor” na PT, e Margarida Sá Costa fez grande parte do seu percurso profissional nessa empresa, tendo depois transitado para a Fundação Portuguesa das Comunicações que tem como instituidores a ANACOM, os CTT e a PT.

Luís Leite Ramos considera que “mesmo que não haja incompatibilidades ou conflito de interesses - o que está por demonstrar e que nos levanta muitas dúvidas - o expectável seria que o Governo fizesse escolhas limpas e insuspeitas. E que à “mulher de César” interessa que não haja sequer dúvida sobre potencial conflito de interesse”.

Os nomes escolhidos pelo Governo serão apreciados pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRSAP) e sujeitos a audições na Assembleia da República.

# “Situação é premente e as respostas terão de ser urgentes”

Luis Montenegro dirigiu uma carta aos grupos parlamentares dos vários partidos, através da qual concretiza a proposta ontem avançada pelo PSD. Em causa está a criação de uma Comissão Técnica Independente e especializada, cujo objeto é “encontrar respostas que possam mitigar a dor em que todos estamos e de prevenir, quanto antes, a repetição de eventuais desacertos no sistema de prevenção, segurança e combate aos fogos florestais”.

Para o PSD, a prioridade neste momento é a “coordenação das entidades públicas e dos meios à disposição no combate às chamas”. Nuno Serra, vice-presidente do grupo parlamentar, fez parte de um grupo de deputados social-democratas que esteve a acompanhar a situação no Posto de Comando da Proteção Civil, em Avelar, concelho de Ansião, e considera que esta é hora de manter a cabeça fria.

“É preciso deixar os homens que estão na frente, no terreno, trabalhar, que eles sabem o que estão a fazer”, vincou o deputado do PSD, alertando que no terreno não deve existir “um conjunto de informações difusas que os possam perturbar” no trabalho de combate às chamas.

Nuno Serra assinala “o forte empenho de todas as forças da autoridade, forças policiais e bombeiros no terreno e da fantástica solidariedade de todos os que querem ajudar”, mas também “alguma descoordenação ou desorientação neste processo”.

O apuramento das responsabilidades será feito num “tempo posterior” e o PSD, tal como destacou o social-democrata, estará na primeira linha para assegurar a “averiguação das responsabilidades” de uma forma isenta, séria e responsável.

Por seu lado, Duarte Marques sublinha que a avaliação política será feita oportunamente. É tempo de “fazer o luto”, contudo é necessário “pensar” sobre o que aconteceu e “aprender com os erros”, referiu.

Duarte Marques salienta que “o problema não é o ataque ao fogo, mas a prevenção”. Nesse sentido, a gestão do território, o abandono do interior, a limpeza das propriedades, a reforma florestal são matérias a analisar com muita ponderação.

## Carta na íntegra

«Exmos. Senhores

Presidentes dos Grupos Parlamentares,

Portugal e os portugueses encontram-se numa hora de angústia que não tem paralelo nos tempos da Democracia. Infelizmente, há várias décadas que o nosso país é assolado pelo flagelo dos incêndios florestais mas nunca, como agora, sofremos uma tragédia tão grave em perda de vidas humanas de um modo tão brusco e tão cruel.

Ninguém, até ao momento, conseguiu elucidar minimamente os funestos acontecimentos dos passados dias 17 e 18 de junho em Pedrógão Grande e Castanheira de Pera que vitimaram mais de sessenta pessoas, entre as quais várias crianças. Pelo contrário, as justificações que têm sido avançadas aparentam ser parcelares e empíricas, muitas delas já tendo sido sucessivamente abandonadas para darem lugar a outras diferentes – o que amplia a perplexidade e a perturbação em vez de promover o sossego e alguma acalmia do sofrimento que os portugueses tanto anseiam e merecem.

Acresce que a situação real que está a ser difundida pela comunicação social não transmite uma imagem de coordenação, de liderança e eficiência do sistema global de prevenção, segurança e combate aos incêndios florestais em circunstâncias cruciais, o que dilata, ainda mais, a aflição coletiva.



O Grupo Parlamentar do PSD sabe bem que a plenitude das respostas a tantas inquietações não poderão ser oferecidas num curto espaço de tempo. Contudo, há questões concretas e objetivas que podem e devem ser aclaradas o mais rapidamente possível. Estamos convictos que compete ao Parlamento criar as condições para que os esclarecimentos devidos possam ser obtidos de forma empenhada, isenta e credível. E para que tal aconteça, as respostas que urgem deverão resultar de uma averiguação prioritariamente técnica e especializada, capaz de ponderar as diversas dimensões dos problemas mas cuja composição, imprescindivelmente, terá de estar afastada de qualquer dever hierárquico ou de subordinação, pessoal ou funcional, face às diversas instâncias do poder político. Em suma, apenas uma Comissão Técnica Independente absolutamente desobrigada de quaisquer vínculos com o poder político e administrativo, designadamente com o Governo, bem como com as entidades que participam no sistema de prevenção, segurança e combate aos incêndios florestais, estará em condições de efetuar o trabalho de apuramento detalhado, livre e imparcial, que os portugueses exigem quanto antes.

A situação é premente e as respostas terão de ser urgentes. Enquanto representantes diretos do povo português, os deputados e os seus Grupos Parlamentares deverão alcançar um consenso acerca do modo de constituição e de funcionamento da Comissão Técnica Independente de forma célere para que a sua atividade possa iniciar-se sem perdas de tempo.

É nossa predisposição declarada que cada Grupo Par-

lamentar possa sugerir os especialistas de reconhecido mérito em condições para serem membros da Comissão. Nesse sentido, devemos em Conferência de Líderes, com caráter de urgência, acertar a composição, o funcionamento e os fins, da Comissão Técnica Independente que agora propomos.

Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares,

Nesta hora tão difícil, os portugueses esperam de nós unidade nos propósitos essenciais e capacidade política para encarar a terrível tragédia que estamos a viver. A Comissão Técnica Independente que o Grupo Parlamentar do PSD agora propõe nunca será um meio para sentenciar ou para ilibar quem quer que seja. Apenas nos move o intuito de encontrar respostas que possam mitigar a dor em que todos estamos e de prevenir, quanto antes, a repetição de eventuais desacertos no sistema de prevenção, segurança e combate aos fogos florestais, nesta e nas futuras épocas de incêndios. E acreditamos convictamente que uma Comissão Técnica Independente constituída com estes critérios de especialidade técnica e de isenção política e administrativa é o modo mais idóneo de encontrarmos as respostas urgentes e essenciais que os portugueses demandam aos seus deputados.

Instamos o apoio de todos os Grupos Parlamentares para este desígnio que acreditamos ser partilhado pela esmagadora maioria dos nossos concidadãos.

Saibamos todos estar à altura das expetativas dos portugueses neste momento definidor e determinante daquilo que queremos ser enquanto nação e povo.»

# Governo não criou condições para pagar a horas aos bombeiros municipais

Os bombeiros estão com pagamentos em atraso, impossibilitando as reparações e aquisições de material. O PSD questionou a ministra da Administração Interna sobre as razões para os atrasos na transferência de verbas para os municípios, associados ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF).

“Não é compreensível e muito menos aceitável, que o Governo e em particular o secretário de Estado da Administração Interna tenha tido tempo e motivação para fazer verdadeiras ações de propaganda na apresentação do DECIF para 2017, percorrendo todos os distritos e não tenha criado as condições legais necessárias para pagar as horas aos bombeiros municipais que estão no terreno”, lamentam os deputados do PSD, numa pergunta dirigida à ministra da Administração Interna.

O PSD considera que “por lapso ou desconhecimento, o Governo e, em particular o ministro das Finanças, não acutelaram devidamente no Orçamento de Estado para 2017 a possibilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil transferir verbas para os municípios associados” ao dispositivo.

“Qual a justificação que o Governo encontra para não ter ainda transferido ou permitido aos municípios associados ao DECIF fazer os respetivos pagamentos de horas aos bombeiros, reparações ou aquisição de equipamento?”, interrogaram os deputados do PSD, numa pergunta dirigida à ministra da Administração Interna.

O Governo apresentou o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais para 2017, mas as críticas por parte das diversas corporações de bombeiros não pararam de aumentar. As corporações só podem assegurar os seus compromissos quando os municípios recebem as respetivas verbas.

O PSD quer que seja revelado o número de corporações de bombeiros municipais que estão envolvidos no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais de 2017 e que estão a ser prejudicadas com esta decisão do Governo.



# Governo não cumpre palavra dada na saúde

Das famílias sem médicos aos quilómetros que os doentes oncológicos são obrigados a percorrer. Dos jovens médicos sem acesso a exame de especialidade aos enfermeiros que continuam a cumprir as 40 horas semanais, quando outros só fazem 35 horas. O facto: o ministro da Saúde mantém um discurso que não bate com a realidade.

O ministro da Saúde prometeu, “há quase dois anos”, que terminaria o ano de 2016 “com apenas cerca de 500 mil portugueses sem médico de família”. Contudo, tal como salientou Ângela Guerra, “os últimos dados disponíveis referem que há, ainda, cerca de 860 mil portugueses sem médico de família”.

Nesse número estão “muitas crianças e jovens”, contrariando a lei segundo a qual “nenhuma criança fica sem médico de família”. “Já se sente capaz de se comprometer com datas e metas concretas?”, perguntou a social-democrata. “Em dois anos, o seu governo nem sequer conseguiu reduzir o número [de pessoas sem médico de família] em 15%”, denunciou, lembrando que com os governos anteriores a redução foi de 40%.

## Executivo sujeita doentes a deslocações “desumanas”

Ângela Guerra recordou a interpelação da semana passada em que, no âmbito de reunião plenária sobre “Política da Saúde”, o ministro da Saúde “reagiu de uma forma bastante infeliz” ao classificar de “casinhos, lateralidades e conversas da vizinha” a existência de “doentes que são obrigados a fazer percursos de mais de 1 000 quilómetros, num só dia, para poderem ter acesso a tratamentos oncológicos”, tal como denunciou o PSD.

Tratando-se de uma situação “que não ocorria anteriormente”, a social-democrata questionou Adalberto Campos Fernandes sobre “quando é que vai acabar com este tipo de transporte de deslocação desumano?”. Sobre a reação do ministro, Ângela Guerra considera que “só pode ser fruto de algum desespero ou da total dissonância para com a realidade da vida dos portugueses”.



## “Muitos milhares de enfermeiros continuam com um horário de 40 horas”

A aplicação das 35 horas de trabalho voltou a ser alvo de análise, uma vez que o Governo deu garantias de que seria “para aplicar a todos os enfermeiros ao mesmo tempo, incluindo aos que têm contrato individual de trabalho”. De acordo com Ângela Guerra, “muitos milhares de enfermeiros continuam com um horário de 40 horas ao lado de outros com 35”. Para o PSD, trata-se de “uma situação injusta, discriminatória

que os senhores [Governo] diziam que não se verificaria”. Ângela Guerra levou a acusação mais longe, definindo esta realidade de “fraude política” que induz a que enfermeiros, médicos, administradores hospitalares ou fornecedores “não confiem na sua palavra”.

“Quando é que vai cumprir o que prometeu aos enfermeiros e tratá-los a todos da mesma forma?”, perguntou para dar como exemplo o “anúncio de uma bolsa de recrutamento de pessoal para várias categorias profissionais (entre as quais médicos e enfermeiros) para o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, onde curiosamente o regime de trabalho é de 40 horas semanais”. “Em que é que ficamos? Defende o horário das 35 horas, que proclama, ou o das 40 horas, que promove?”

## Jovens médicos em “estado de precariedade” ou “convidados a emigrar”

Também Simão Ribeiro levou, à Comissão da Saúde, questões levantadas na semana passada em reunião plenária. Lembrou que, de acordo com as notícias, cerca de “700 jovens médicos formados ficarão, este ano, sem acesso a especialidade médica”. Há, ainda, “cerca de 270 jovens médicos que já terão ficado sem acesso a especialidade, com tudo o que isso implica: sem acesso à progressão nas carreiras médicas, num estado absoluto de precariedade”, lembrou. “Estamos a falar de perto de 1000 jovens sem acesso a exame de especialidade, votados à precariedade, e que não terão acesso à progressão na carreira médica”, reforçou, acrescentando temer que “isto terá impactos bastante negativos a médio prazo no Sistema Nacional de Saúde”.

De acordo com Simão Ribeiro, os jovens médicos “têm um convite muito direto: ou ficam num estado de precariedade em Portugal ou são convidados pelo senhor ministro, e por este Governo, a emigrar”. Perguntou, por isso: “é desta forma que tem contribuído para o grande desígnio que o seu primeiro-ministro anunciou no início desta legislatura e que era fazer regressar tantos jovens portugueses que foram forçados a emigrar, segundo as palavras do primeiro-ministro?”

# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

## Encontro entre o líder do PSD e o Primeiro-Ministro

# Marcelo convicto de que haverá em 99 a baixa de impostos proposta pelo PSD

página 12

## Assembleia de Distritais e Concelhias em Ílhavo

# PSD desmonta mentiras de Guterres

- Regionalização PS/PC aumenta clientelas aumenta custos e aumenta impostos
- Regionalização PS/PC agrava negociação do Orçamento e cria instabilidade política
- Para obter fundos europeus Portugal unido é mais forte
- PS tem medo de falar nas capitais porque isso divide os eleitores

páginas 5 a 9



TSD defendem mais justiça social na política

## Secretários-Gerais da UGT e CGTP confrontam opiniões com Emídio Rangel e José Miguel Júdice

página 12

## PSD entrega na AR leis para reforçar municipalismo em Portugal

página 4

### Regionalização NÃO

Tempo de Antena do PSD na RTP - 1

Sexta-feira, dia 25, após o Telejornal, com intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses para reunir no próximo dia 21 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede concelhia, sita no Largo Sacadura Cabral, n.º 10, Marco de Canaveses, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação das Contas do exercício de 2016 da Comissão Política de Secção;
- 2 – Análise da situação político-partidária.

### MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção para reunir no próximo dia 5 de Julho de 2017, pelas 21h00, na sede, sita no Largo do Rosal, n.º 27, Monção, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local e nacional;
- 2 – Outros assuntos.

### PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre para reunir no próximo dia 14 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleições autárquicas 2017;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

### S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir no próximo dia 11 de julho, pelas 21h30, na sede concelhia sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Eleições Autárquicas 2017.

### TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tavira para reunir no próximo dia 6 de Julho de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede do PSD de Tavira, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e análise da situação política;
- 2 – Eleições Autárquicas 2017 – Apresentação e emissão de parecer sobre os restantes candidatos autárquicos, nos termos dos Estatutos;
- 3 – Outros assuntos.

### VILA NOVA DE GAIA / NÚCLEO DE PEDROSO E SEIXEZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo da União de Freguesias de Pedroso/Seixezelo para reunir no próximo dia 5 de Julho de 2017, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local;
- 3 – Eleições autárquicas 2017.



### FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fundão, para reunião ordinária, no próximo dia 13 de Julho de 2017, pelas 21:00H, na sede do PSD Fundão, sita na Rua dos Restauradores, Lt 10 R/C, B.º. do Espírito Santo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Balanço, análise e discussão do mandato da CPC;
2. Votação de Moção de Confiança à Comissão Política Concelhia da JSD Fundão;
3. Apresentação, discussão e votação do dossier “JSD Fundão: Autárquicas 2017”;
4. Apresentação, discussão e votação dos candidatos da JSD Fundão aos órgãos autárquicos;
5. Votação das moções a apresentar ao Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco;
6. Outros assuntos;

### VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e dos demais Regulamentos em vigor, convocam-se os militantes desta concelhia para reunirem no próximo dia 6 de julho de 2017, às 22 horas na sede do PSD Vila de Rei, sita, Rua Dr. Eduardo de Castro Lt. 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um: Discussão da Situação Política Local;
- Ponto dois: Aprovação dos candidatos da JSD a integrar as listas do PSD às eleições autárquicas 2017.

### NÚCLEO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALENDÁRIO E VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Núcleo da União de Freguesias de Calendário e Vila Nova de Famalicão para reunir no próximo dia 28 de Julho (Sexta) de 2017, pelas 21h00 na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Famalicão, sita na Rua Adriano Pinto Basto, n.º 80, 4760-111 Vila Nova de Famalicão, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do

terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede Concelhia do Partido Social Democrata, sita na Rua Adriano Pinto Basto, n.º 212, Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicão. As urnas estão abertas entre as 21h00 e as 23h00.